



O Núcleo Movimento Concretizar Portugal (MCP) saúda a iniciativa do Governo de sujeitar a consulta pública uma síntese do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Sem prejuízo das reservas de fundo relativamente ao posicionamento estratégico subjacente e de discordâncias pontuais com algumas propostas, o MCP entende ser este um momento relevante da vida política nacional de que não se pode eximir, pelo que vem respeitosamente apresentar ao Governo Português o seu contributo, que se enquadra em quatro aspetos essenciais:

- a) Reindustrialização e ciência - Portugal e o Mar**
- b) Desafio demográfico**
- c) Proposta arrojada para uma sociedade mais inclusiva e resiliente**
- d) Internacionalização - projetar Portugal no mundo**

a) Reindustrialização e ciência - Portugal e o Mar

O PRR afirma-se orientado pela prossecução da Estratégia Portugal 2030 (aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020 - EP2030), que preconizava, enquanto áreas de intervenção, a «Economia do mar sustentável» (cf. ponto 3.3.5 da EP2030) e a «Projeção da faixa atlântica» (cf. ponto 3.4.3 da EP2030).

Neste contexto, a EP2030 refere, e bem, o seguinte: «As intervenções no quadro deste domínio visam explorar a profundidade atlântica do litoral nacional potenciada pelas regiões insulares para a projeção da economia portuguesa na economia global, promovendo a competitividade externa portuguesa».

Não obstante, a EP2030, infelizmente, não deu o destaque devido a estas áreas, sobretudo porque a circunstância geopolítica de Portugal e a nossa identidade nacional obrigam a considerar o mar como meio prioritário na afirmação dos destinos do país, devendo essa orientação influir em toda a Estratégia Nacional e não aparecer apenas como apêndice secundário e marginal.

Ainda assim, aqueles eram elementos relevantes da EP2030 e era expectável - aliás, decisivo - que vissem ambiciosos desenvolvimentos no PRR.

No entanto, o documento sujeito a consulta pública é praticamente omissivo no que respeita à economia azul, ao mar, ao desenvolvimento das infraestruturas portuárias e ao Atlântico. A final, dos 16,4 mil milhões de euros do envelope financeiro que se prevê alocar ao PRR, apenas 32 milhões de euros (0,002%!) são destinados a um componente marcadamente marítimo, a saber, o «Desenvolvimento do 'Cluster do Mar dos Açores'».

Tal verba é manifestamente desadequada e insuficiente, considerando a necessidade de investimentos de capital intensivo nestas áreas, que aliás em muito contribuiriam para defender outros valores preconizados no PRR (e.g., reindustrialização, inovação, capacitação, desenvolvimento científico, apoio ao tecido empresarial, transição climática, etc.).

Deste modo, propõe-se que o PRR concretize valores de investimento necessários ao desenvolvimento de uma Economia do mar sustentável e à Projeção da faixa atlântica, que nunca deverão ser inferiores a 5 mil milhões de euros, uma vez que devem contemplar, como componentes a incluir (de preferência em língua portuguesa):

- Instalação de Núcleos de Desenvolvimento Marítimo (NDM) em todo o País, designadamente um em cada Região Autónoma e quatro no Continente (Região Norte, Lisboa/Setúbal, Sines e Algarve), ampliando e desenvolvendo a ideia dos atuais «clusters» do mar, destinados à investigação no âmbito das ciências do mar «indutor de I&D em áreas tradicionais e emergentes, como as áreas das pescas e produtos derivados, da aquicultura, da biotecnologia marinha, dos biomateriais e recursos minerais, ou das tecnologias e engenharias marinhas».
- Relançamento de indústria de construção e reparação naval – promoção de diplomacia económica e criação de incentivos neste sector, tendo em vista o posicionamento de Portugal como grande país produtor e/ou reparador naval.
- Desenvolvimento científico, em articulação com a instalação dos NDM – promoção de bolsas de investigação e doutoramento, que sejam competitivas de modo a atrair talento internacional, no âmbito das ciências do mar, tendo em vista o aumento da produtividade e de valor na cadeia de produção dos estaleiros e o aproveitamento dos recursos marinhos no mar profundo.
- Reforço das infraestruturas portuárias.
- Promoção de investimento em fontes de energia limpa marítimas fora da costa (ondas, solar, vento), criando escala em projetos já em desenvolvimento e promovendo concursos para novas instalações, tendo em vista a diversificação da combinação de fontes de energia, a preservação das áreas terrestres que podem ser afetadas a outras explorações e ainda minimizar o impacto visual na paisagem.
- Promoção do desporto e atividades náuticas, sobretudo junto das populações mais pobres – com o objetivo de promover a inclusão social e a criação de massa crítica que contribua para a indústria de construção naval.

A implementação deste componente deverá ser coordenada pelos Ministérios da Economia e da Defesa, com estreita articulação com a Marinha e as Universidades e Institutos Politécnicos.

b) Desafio demográfico

«Desafio demográfico» parece um eufemismo, face à gravidade do quadro aparentemente irresolúvel do saldo natural negativo e do envelhecimento da população. Portugal tem das mais reduzidas taxas de natalidade do mundo, o que confrontará as futuras gerações com sérios problemas de sustentabilidade dos sistemas de previdência e de saúde e de finanças públicas. O «desafio demográfico» não é, pelo que se vê, um desafio prioritário da atual população ativa, mas será dramático para os que ainda não têm voz.

Por esse motivo, o PRR é uma oportunidade imperdível para implementar políticas que sejam efetivas na criação do equilíbrio demográfico, a par da participação plena e igualitária de mulheres e homens no mercado de trabalho e do combate aos estereótipos de género.

Assim, e parecendo que o PRR é omissivo perante a questão do chamado «inverno demográfico», propõe-se que seja incluído um componente que promova o rejuvenescimento da população com os seguintes objetivos:

- Combater o estereótipo de que o desenvolvimento e realização das mulheres e dos homens primeiro se faz no trabalho e depois na maternidade e na paternidade – ou que mais vale ser trabalhadora/trabalhador do que mãe/pai.
- Assegurar a cobertura de uma rede de creches universal e tendencialmente financiada pelo Erário Público.
- Criar incentivos para as empresas implementarem políticas internas amigas da maternidade e da paternidade.
- Criar incentivos extra, levando mais além o Programa Regressar, para o regresso de jovens e famílias com menores dependentes.
- Criar políticas que promovam a imigração e fixação de cidadãos provenientes de países da CPLP.
- Criar programas de apoio à natalidade e de majoração dos mesmos de acordo com número de filhos na família – com especial ênfase a partir do terceiro filho.

c) Sociedade mais inclusiva e resiliente – uma proposta arrojada

O PRR denota uma salutar preocupação com a inclusão social e a resiliência da sociedade face aos desafios económicos e sociais que se avizinham.

Neste contexto, propõe-se a implementação de um programa de formação de defesa e serviço cívico, universal e obrigatório para jovens com 18 anos, antes de ingressar no ensino superior, com os seguintes objetivos:

- Combater a guetização e a exclusão social das comunidades mais pobres.
- Oferecer oportunidades de formação em matérias de intervenção cívica e democrática de excelência para todos.
- Reforçar as resistências anímicas da população.
- Despertar vocações para o serviço militar.
- Promover a interculturalidade.

d) Internacionalização –projetar Portugal no mundo (política externa e diplomacia económica)

A recuperação e resiliência de Portugal, em face da crise económica e social que se adivinha, depende da internacionalização das empresas portuguesas, sobretudo para fora do mercado Europeu.

Urge pensar uma estratégia de internacionalização de empresas, pelo que se propõe incluir um novo componente com os seguintes objetivos:

- Promover a criação de Ligas de Empresas por sectores (LE) (a identificar pela AICEP) a que sejam atribuídos fundos para o desenvolvimento de capacidade de mapear e identificar oportunidades, com especial enfoque para a exploração dos blocos regionais em que se inserem os países da lusofonia.
- Fomentar o reforço de parcerias e fusões entre empresas portuguesas, fortalecendo o tecido empresarial com empresas mais robustas e mais bem dimensionadas.
- Criar sistemas de incentivos para empresas que queiram integrar as referidas Ligas de Empresas, incluindo fiscais.
- Preparar e colocar quadros portugueses nas principais organizações internacionais e europeias.

Conclusão

O modo por que se apresentam estas propostas é assumidamente esquemático, tendo em conta o prazo concedido para a participação no âmbito da presente consulta pública.

Não obstante, o MCP, desde já, coloca-se à disposição do Governo para, com os seus quadros, desenvolver as referidas propostas, em termos que melhor se entendam convenientes e adequados.